

Energia em crescimento

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS 2012



Energia em crescimento

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS 2012

RELATÓRIO DE CONTAS INDIVIDUAIS 2012

01	Contas individuais	5
02	Relatório de auditoria	31
03	Certificação legal das contas	32
04	Relatório e parecer do Conselho Fiscal	33

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (IAS / IFRS)

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

ATIVO	Notas	31 dez. 2012	31 dez. 2011
Ativo não-corrente:			
Ativos tangíveis	12	31	5
Ativos intangíveis	12	-	-
Participações financeiras em subsidiárias	4	1.259.542	1.224.882
Participações financeiras em associadas	4	3.294	151
Outras contas a receber	14	2.530.938	3.111.704
Ativos por impostos diferidos	9	2.472	775
Outros investimentos financeiros		-	1.032
Total do ativo não-corrente		3.796.277	4.338.549
Ativo corrente:			
Clientes	15	1.205	2.722
Outras contas a receber	14	1.028.216	354.916
Outros investimentos financeiros	17	54	-
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	84.555	52.862
Caixa e seus equivalentes	18	186	56.669
Total do ativo corrente		1.114.216	467.169
Total do ativo		4.910.493	4.805.718
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Outras reservas	20	193.827	193.827
Reservas de cobertura		(5.394)	(573)
Resultados acumulados		403.274	591.482
Resultado líquido do exercício		27.552	77.152
Total do capital próprio		1.530.515	1.773.145
Passivo:			
Passivo não-corrente:			
Empréstimos	22	912.686	629.904
Empréstimos obrigacionistas	22	619.410	905.000
Passivos por impostos diferidos	9	-	299
Outros instrumentos financeiros	17 e 27	6.917	1.756
Provisões	25	6.632	6.940
Total do passivo não-corrente		1.545.645	1.543.899
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	145.076	725.295
Empréstimos obrigacionistas	22	568.669	280.000
Fornecedores	26	338	605
Outras contas a pagar	24	1.061.043	451.456
Outros instrumentos financeiros	17 e 27	722	-
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	58.486	31.317
Total do passivo corrente		1.834.333	1.488.673
Total do passivo		3.379.978	3.032.572
Total do capital próprio e do passivo		4.910.493	4.805.718

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração da posição financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (IAS / IFRS)

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	2012	2011
Proveitos operacionais:			
Prestação de serviços	5	9.322	9.088
Outros proveitos operacionais	5	298	299
Total de proveitos operacionais:		9.620	9.387
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	6	(6.352)	(6.036)
Custos com o pessoal	6	(6.754)	(5.200)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	(4)	(4)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	40	106
Outros custos operacionais	6	(2.362)	(1.487)
Total de gastos operacionais:		(15.432)	(12.622)
Resultados operacionais:		(5.812)	(3.234)
Proveitos financeiros	8	152.231	161.419
Custos financeiros	8	(144.082)	(123.519)
Ganhos (perdas) cambiais		157	-
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	4	25.984	53.045
Rendimentos / perdas de instrumentos financeiros	27	(70)	(619)
Resultado antes de impostos:		28.408	87.093
Imposto sobre o rendimento	9	(856)	(9.941)
Resultado antes de interesses minoritários:		27.552	77.152
Resultado afeto aos interesses minoritários	21	-	-
Resultado líquido do exercício	10	27.552	77.152
Resultado por ação (valor em euros)	10	0,03 €	0,09 €

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Demonstrações das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (IAS / IFRS)

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011		829.251	82.006	193.827	-	352.430	355.147	1.812.661
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	77.152	77.152
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	-	(573)	-	-	(573)
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(573)	-	77.152	76.579
Distribuição de dividendos / dividendos antecipados		-	-	-	-	(116.095)	-	(116.095)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	355.147	(355.147)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		829.251	82.006	193.827	(573)	591.482	77.152	1.773.145
Saldo em 31 de dezembro de 2011		829.251	82.006	193.827	(573)	591.482	77.152	1.773.145
Resultado líquido do exercício	10	-	-	-	-	-	27.552	27.552
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		-	-	-	(4.821)	-	-	(4.821)
Rendimento integral do exercício		-	-	-	(4.821)	-	27.552	22.731
Distribuição de dividendos / dividendos antecipados	30	-	-	-	-	(265.360)	-	(265.360)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	77.152	(77.152)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		829.251	82.006	193.827	(5.394)	403.274	27.552	1.530.515

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Demonstrações do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (IAS / IFRS)

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	2012	2011
Resultado líquido do exercício	10	27.552	77.152
Aumentos / diminuições reservas de cobertura		(6.791)	(573)
Imposto relacionado com as componentes de ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios		1.970	-
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios líquidos de imposto		(4.821)	(573)
Rendimento integral do exercício		22.731	76.579

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (IAS / IFRS)

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	2012	2011
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		37.797	13.869
Pagamentos a fornecedores		(8.987)	(9.482)
Pagamentos ao pessoal		(3.260)	(2.967)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(30.280)	(32.766)
Outros (pagamentos) / recebimentos relativos à atividade operacional		(5.171)	(1.779)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(9.902)	(33.126)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		-	5
Juros e proveitos similares		180.109	53.860
Dividendos	4	25.984	53.880
Empréstimos concedidos		445.246	59.451
		651.338	167.196
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(37.895)	(29.096)
Ativos tangíveis		(37)	-
Empréstimos concedidos		(630.959)	(337.716)
		(668.891)	(366.812)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(17.553)	(199.616)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		20.247.687	810.350
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(19.923.267)	(240.166)
Juros e custos similares		(140.973)	(115.251)
Dividendos	30	(265.360)	(116.095)
		(20.329.600)	(471.513)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(81.913)	338.837
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(109.368)	106.096
Efeito das diferenças de câmbio		158	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	30.539	(75.557)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	(78.670)	30.539

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	10
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
2.1 Bases de apresentação	10
2.2 Participações financeiras em empresas subsidiárias	11
2.3 Ativos tangíveis	11
2.4 Imparidade de ativos não-correntes, exceto <i>goodwill</i>	11
2.5 Provisões	12
2.6 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	12
2.7 Proveitos e especialização de exercícios	12
2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos	12
2.9 Imposto sobre o rendimento	12
2.10 Instrumentos financeiros	12
2.11 Classificação na demonstração da posição financeira	13
2.12 Eventos subsequentes	13
2.13 Estimativas e julgamentos	13
2.14 Política de gestão de riscos e respetivas coberturas	14
2.15 Capital social	14
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	14
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	14
4.1 Participações financeiras em empresas subsidiárias e conjuntamente controladas	14
4.2 Participações financeiras em empresas participadas	15
5. PROVEITOS OPERACIONAIS	15
6. CUSTOS OPERACIONAIS	16
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	16
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	16
9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	16
10. RESULTADOS POR AÇÃO	17
11. GOODWILL	18
12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	18
13. SUBSÍDIOS	18
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER	18
15. CLIENTES	19
16. INVENTÁRIOS	19
17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	19
18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	19
19. CAPITAL SOCIAL	19
20. OUTRAS RESERVAS	19
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	19
22. EMPRÉSTIMOS	20
23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	21
24. OUTRAS CONTAS A PAGAR	21
25. PROVISÕES	21
26. FORNECEDORES	22
27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	22
28. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS	23
29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	28
30. DIVIDENDOS	29
31. RESERVAS PETROLÍFERAS	29
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	29
33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	29
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	30
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	30
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30

GALP ENERGIA, SGPS, S. A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Galp Energia, SGPS, S. A. (adiante designada por Galp, Grupo ou Empresa), foi constituída sob a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei n.º 137-A/99, de 22 de abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S. A.”, tendo adotado, em 13 de setembro de 2000, a denominação atual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações diretas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrolgal, S. A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S. A. (Transgás, S. A. atualmente denominada por Galp Gás Natural, S. A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura acionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de dezembro de 2012 evidenciada na Nota 19.

Parte das ações da Empresa representativas de 30,32% do capital social encontram-se cotadas em bolsa, na NYSE Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Accounting Standards – IFRS), tal como adotadas pela União Europeia (UE), efetivas para os exercícios económicos iniciados a 1 de janeiro de 2012. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As normas IAS/IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2012, com aplicação contabilística em exercícios presentes e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e Interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações – compensação de ativos financeiros com passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IFRS 1 Adoção pela primeira vez – hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Não aplicável
IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Não aplicável
IFRS 11 Acordos conjuntos	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Não aplicável
IFRS 12 Divulgações de interesses noutras entidades	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IFRS 13 Mensuração pelo justo valor	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IAS 27 Demonstrações financeiras individuais	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IAS 12 Impostos sobre o rendimento – impostos diferidos: recuperação de ativos subjacentes	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Sem impactos contabilísticos previsíveis
IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2013	2013	Não aplicável
Emendas à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras – apresentação de outras rubricas de outro rendimento integral	6 de junho de 2012	após 1 de julho de 2012	2013	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IAS 19 Benefícios dos empregados	6 de junho de 2012	após 1 de janeiro de 2013	2013	Sem impactos contabilísticos previsíveis

As normas IAS/IFRS aprovadas e publicadas no JOUE no exercício de 2011 e 2012 e com aplicação contabilística no exercício de 2011, 2012 e posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações adotadas, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações – transferências de ativos financeiros	23 de novembro de 2011	após 30 de junho de 2011	2012	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações – compensação de ativos financeiros com passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2011	2011 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos previsíveis
Emendas à IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	após 1 de janeiro 2011	2011 dependendo dos artigos do regulamento	Sem impactos contabilísticos previsíveis

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras individuais anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportáveis de ativos e passivos, assim como as quantias reportáveis de proveitos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efetuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

A Empresa, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, conforme aprovadas pela UE.

As principais políticas contabilísticas adotadas Empresa, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de acionistas, tendo os investimentos financeiros sido registados ao valor de aquisição, tal como explicado na Nota 2.2. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 e no resultado líquido do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral de ativos, passivos, custos e proveitos.

2.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

As participações financeiras em empresas subsidiárias são registadas ao custo de aquisição, deduzidas, quando aplicável, de imparidades.

As participações financeiras em empresas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os dividendos recebidos das empresas subsidiárias são registados na rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas”.

2.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, a partir do mês de início da utilização ou entrada em funcionamento dos bens, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração dos ativos tangíveis, durante a sua vida útil estimada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	5 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, respetivamente.

2.4 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO-CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o valor escriturado do ativo é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade, de ativos fixos”.

A quantia recuperável é a maior, entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este seja alocável. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o Weighted Average Cost Capital (WACC) do grupo Galp Energia, aplicável no segmento de negócio em que o ativo ou unidade geradora de caixa seja incluída.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de “Amortizações e depreciações”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.5 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Empresa sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não ocorreram transações que devessem ser classificadas como provisões para reestruturação.

2.6 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras da Empresa na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor à data da transação.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e / ou gastos na demonstração de resultados do exercício na rubrica de “Ganhos / perdas cambiais”.

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa não tinha saldos expressos em moeda estrangeira.

2.7 PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa a reconhecer o respetivo montante.

2.8 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o regime de periodização económica.

2.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Desde o exercício de 2001, a Galp Energia, SGPS, S. A. encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) o qual abrange todas as empresas em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos escriturados e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de geração de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e / ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

2.10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes se a maturidade ou expectativa de realização for inferior a 12 meses, caso contrário são classificados como investimentos não-correntes.

As aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, justo valor do preço pago, incluindo as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensuradas pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de “Perdas por imparidade em contas a receber”.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o regime de periodização económica.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a montagem e estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são registadas ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados**Contabilidade de cobertura**

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para a cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de justo valor respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. Os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de justo valor são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de *Discounted Cash Flows*, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios de avaliação geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é desconhecida quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da “Demonstração de resultados”.

É efetuada uma análise dos contratos existentes na Empresa, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente, nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos e descobertos bancários”, na demonstração da posição financeira.

2.11 CLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não-correntes.

2.12 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

2.13 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações; e (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

2.14 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As atividades do grupo Galp Energia levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e de gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; e (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

A Empresa dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – instrumentos financeiros: divulgação de informações.

2.15 CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras detidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram as seguintes:

Firma	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	Custo de aquisição	
	Localidade	País	2012	2011		2012	2011
Galp Energia, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.	6.154	6.154
Next Priority, SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	50	50
Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; Transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; Pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.	803.556	803.556
GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.	344.922	344.922
Galp Power, SGPS, S. A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	A gestão de participações sociais como forma indireta de exercício da atividade económica.	12.376	12.376
Galp Energia Netherlands, B. V.	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como <i>trading</i> de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	68.906	53.987
Galp Trading, S. A. (a)	Genebra	Suíça	-	100%	Desenvolvimento da atividade de <i>trading</i> físico de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de <i>trading</i> .	-	92
Galp Bioenergy, B. V. (b)	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Produção e comercialização de biocombustíveis.	23.578	3.745
						1.259.542	1.224.882

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa alienou 100% do capital social da Galp Trading, S. A., à Galp Energia Portugal Holdings, B. V., pelo montante de €92 k.

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa efetuou aumentos de capital na subsidiária Galp Bioenergy, B. V. no montante de €19.833 k.

Firma	Sede social		31 de dezembro de 2012		Capitais próprios	Resultado líquido
	Localidade	País	Total ativo	Total passivo		
Galp Energia, S. A.	Lisboa		38.733	34.963	3.770	204
Next Priority SGPS, S. A.	Lisboa		663	656	7	(41)
Petróleos de Portugal – Petrogal, S. A.	Lisboa		6.852.128	6.126.311	725.817	(12.604)
GDP – Gás de Portugal, SGPS, S. A.	Lisboa		1.601.155	944.439	656.716	305.773
Galp Power, SGPS, S. A.	Lisboa		213.727	187.132	26.595	30.559
Galp Energia Netherlands, B. V.	Amesterdão		4.571.659	2.209.872	2.361.787	32.183
Galp Bioenergy, B. V.	Amesterdão		23.553	128	23.425	(132)
			13.301.618	9.503.501	3.798.117	355.942

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica resultados relativos a participações financeiras em subsidiárias, foram os seguintes:

	2012	2011
Dividendos recebidos	25.984	53.880
Menos-valias apuradas na permuta de participações em subsidiárias	-	(838)
	25.984	53.042

4.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras detidas em empresas participadas e conjuntamente controladas, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 eram as seguintes:

Firma	Sede social		Percentagem de capital detido		Custo de aquisição	
	Localidade	País	2012	2011	2012	2011
Adene – Agência para a Energia, S. A.	Lisboa	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente	Oeiras	Portugal	1,45%	1,45%	1	1
Enerfuel, S. A. (a)	Lisboa	Portugal	1,00%	-	3.143	-
Omegas – Sociedade D’Etuded du Gazoduc Magreb-Europe		Marrocos	-	-	35	35
Galp Gâmbia		Gâmbia	-	-	1	1
Galp Swazilândia		Swazilândia	-	-	-	-
					3.294	151

(a) A Galp Energia, SGPS, S. A. adquiriu 1% do capital social da empresa Enerfuel, S. A. pelo montante de €500. Adicionalmente, a Empresa entregou à Enerfuel, S. A. o montante de €3.142 k, por conta de prestações suplementares.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Rubricas	2012	2011
Prestações de serviços	9.322	9.088
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	298	299
	298	299
	9.620	9.387

As prestações de serviços, no montante de €9.322 k, respeitam, essencialmente, a serviços de gestão prestados a outras empresas do Grupo.

Os proveitos suplementares referem-se, essencialmente, a redêbitos a outras empresas do Grupo, de gastos incorridos por conta das mesmas.

As prestações de serviços efetuadas pela Empresa nos exercícios de 2012 e 2011 tiveram a seguinte distribuição, por mercado geográfico:

	2012	2011
Mercado interno	6.566	7.863
Mercado externo	2.756	1.225
	9.322	9.088

6. CUSTOS OPERACIONAIS

O resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram afetados pelas seguintes rubricas de “Gastos operacionais”:

Rubricas	2012	2011
Fornecimentos e serviços externos		
Outros trabalhos especializados	4.591	4.279
Deslocações e estadas	440	462
Serviços jurídicos	262	240
Rendas e alugueres	188	172
Seguros	175	154
Comunicação	106	121
Despesas representação	75	67
Contencioso e notariado	61	8
Combustíveis	60	65
Estudos e projetos	56	151
Serviços informáticos	46	47
Material escritório	26	16
Artigos para oferta	18	18
Conservação e reparação	7	6
Livros e documentação técnica	7	2
Publicidade	5	-
Marketing e comunicação	2	32
Honorários	1	23
Outros gastos	226	173
	6.352	6.036
Custos com o pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	5.703	4.188
Remunerações do pessoal	779	722
Encargos sociais	150	122
Outros seguros	78	78
Outros gastos	44	90
	6.754	5.200
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de ativos fixos tangíveis (Nota 12)	4	4
	4	4
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	(40)	(106)
	(40)	(106)
Outros custos operacionais		
Outros impostos	2.183	1.132
Outros custos operacionais	179	355
	2.362	1.487
	15.432	12.622

Os outros trabalhos especializados compreendem essencialmente, custos com a remuneração dos órgãos sociais, no valor de €2.022 k (Nota 29) e a serviços corporativos, nomeadamente, serviços de contabilidade, serviços de gestão de pessoal, serviços gerais, serviços financeiros e serviços de auditoria, faturados pela subsidiária Galp Energia, S. A. (Nota 28).

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Proveitos e custos financeiros	2012	2011
Proveitos financeiros		
Juros obtidos relativos a empresas do Grupo (Nota 28)	152.091	157.922
Juros obtidos – outros	140	527
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	2.970
	152.231	161.419
Custos financeiros		
Juros suportados relativos a empresas do Grupo (Nota 28)	27.807	3.593
Outros juros suportados	104.857	109.726
Comissões	10.808	5.288
Outros custos e perdas financeiros	610	4.911
	144.082	123.519

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa e algumas das suas subsidiárias são tributadas de acordo com o regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Empresa. Contudo, as estimativas de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias são registadas com base nos seus resultados fiscais apurados individualmente, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 representa uma conta a pagar e a receber dessas empresas, nos montantes de €60.374 k e €58.486 k (Nota 28), respetivamente.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- (i) De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (10 anos para a segurança social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos;
- (ii) As declarações fiscais da Galp Energia relativas aos exercícios de 2009 a 2012 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a administração da Galp Energia considera que, as correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011;
- (iii) De acordo com a legislação fiscal em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de associadas pelo método da equivalência patrimonial não são considerados rendimentos ou gastos, respetivamente, para efeitos de tributação em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica de impostos sobre o rendimento, a receber e a pagar, tinha a seguinte composição:

	Ativo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
Empresas do Grupo:				
Imposto sobre o rendimento a receber / pagar (Nota 28)	60.374	30.930	58.486	31.317
Estado:				
Imposto a receber / pagar	24.181	21.932	-	-
	84.555	52.862	58.486	31.317

A estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa é registada com base nos resultados fiscais que no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 representa um imposto a pagar no montante de €856 k e foi calculado como segue:

Impostos sobre o rendimento

	2012	2011
Imposto corrente	820	9.917
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de anos anteriores	63	60
Imposto diferido	(27)	(36)
	856	9.941

Seguidamente apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2012	Taxa	Imposto sobre o rendimento	2011	Taxa	Imposto sobre o rendimento
Resultado antes de impostos de acordo com o normativo IFRS / IAS:	28.407	26,50%	7.528	87.093	29,00%	25.257
Ajustamentos ao imposto sobre o rendimento:						
Dividendos recebidos	(24,24%)		(6.886)	(17,67%)		(15.393)
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	0,22%		63	0,07%		60
Tributação autónoma	0,22%		63	0,04%		34
Outros acréscimos e deduções	0,31%		88	(0,02%)		(17)
Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros	3,01%		856	11,41%		9.941

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos das rubricas de "Ativos e passivos por impostos diferidos" eram compostos como segue:

	Ativos		Passivos	
	2012	2011	2012	2011
Instrumentos financeiros	2.203	533	-	299
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	6	6	-	-
Outros	263	236	-	-
	2.472	775	-	299

Os movimentos ocorridos nas rubricas de "Impostos diferidos" de 2012 e 2011 são justificados como se segue:

	Ativos		Passivos	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	775	206	299	-
Efeito em resultados:				
Outros	27	36	-	-
	27	36	-	-
Efeito em capital próprio:				
Derivados financeiros	1.670	533	(299)	299
Saldo Final	2.472	775	-	299

10. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados líquidos por ação em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	2012	2011
Resultados:		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação	27.552	77.152
Número de ações:		
Número médio ponderado de ações para efeito do cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por ação básico (valores em euros)	0,03	0,09

O resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico, dado não existirem fatores de diluição.

11. GOODWILL

Não aplicável.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de amortização que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota. Nos exercícios de 2012 e 2011 os ativos tangíveis têm o seguinte movimento:

	2012					2011				
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis
Custo de aquisição:										
Saldo em 1 de janeiro	33	52	295	1.009	1.389	33	52	295	1.009	1.389
Adições	-	-	30	-	30	-	-	-	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro	33	52	325	1.009	1.419	33	52	295	1.009	1.389
Saldo em 31 de dezembro	33	52	325	1.009	1.419	33	52	295	1.009	1.389
Amortizações										
Saldo a 1 de janeiro	(33)	(52)	(290)	(1.009)	(1.384)	(33)	(52)	(286)	(1.009)	(1.380)
Amortização do exercício (Nota 6)	-	-	(4)	-	(4)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro	(33)	(52)	(294)	(1.009)	(1.388)	(33)	(52)	(290)	(1.009)	(1.384)
Saldo acumulado	(33)	(52)	(294)	(1.009)	(1.388)	(33)	(52)	(290)	(1.009)	(1.384)
Valor líquido em 31 de dezembro	-	-	31	-	31	-	-	5	-	5

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As amortizações são calculadas conforme definidas na mesma nota. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os ativos fixos intangíveis apresentam o seguinte movimento:

	2012		2011	
	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis	Propriedade industrial e outros direitos	Total de ativos intangíveis
Custo de aquisição:				
Saldo em 1 de janeiro	8	8	8	8
Saldo em 31 de dezembro	8	8	8	8
Amortizações:				
Saldo em 1 de janeiro	(8)	(8)	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro	(8)	(8)	(8)	(8)
Valor líquido em 31 de dezembro	-	-	-	-

13. SUBSÍDIOS

Não aplicável.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de "Outras contas a receber", não-correntes e correntes, apresentavam o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Rubricas	2012		2011	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA a recuperar	462	-	797	-
Outros	-	-	109	-
Outras contas a receber – empresas associadas e empresas conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	1.642	-	76	-
Empréstimos a empresas associadas e empresas conjuntamente controladas, participadas e relacionadas (Nota 28)	1.006.679	2.530.938	275.534	3.111.704
Adiantamentos a fornecedores	16	-	11	-
Pessoal	108	-	119	-
Outras contas a receber	453	-	433	-
	1.009.360	2.530.938	277.080	3.111.704
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber (Nota 28)	16.673	-	77.324	-
Outros acréscimos de proveitos	6	-	27	-
	16.679	-	77.350	-
Custos diferidos:				
Juros e outros encargos financeiros	2.393	-	701	-
Seguros pagos antecipadamente	70	-	69	-
	2.463	-	771	-
	1.028.501	2.530.938	355.201	3.111.704
Imparidade de outras contas a receber	(286)	-	(286)	-
	1.028.216	2.530.938	354.916	3.111.704

15. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica, apresentava os saldos de €1.205 k e €2.722 k, respetivamente, referentes na sua totalidade, a outras empresas do Grupo (Nota 28).

16. INVENTÁRIOS

Não aplicável.

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 encontra-se registado pelo seu justo valor, os montantes de €54 k e de €722 k (Nota 27), nas rubricas de “Outros investimentos financeiros correntes, ativos e passivos”, respetivamente e em passivos não-correntes o montante de €6.917 k (Nota 27), referentes a operações *swaps* de taxas de juro.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2012	2011
Numerário	8	6
Depósitos a ordem	178	56.663
Caixa e seus equivalentes no balanço	186	56.669
Descobertos bancários (Nota 22)	(78.856)	(26.130)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(78.670)	30.539

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 ações (Nota 10) com o valor nominal de €1 cada.

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era detido pelas seguintes entidades:

	2012	
	N.º ações	% capital
Amorim Energia, B. V.	317.934.693	38,34%
Eni, S. p. A.	201.839.604	24,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S. A.	58.079.514	7,00%
Restantes acionistas	251.396.824	30,32%
	829.250.635	100,00%

	2011	
	N.º ações	% capital
Amorim Energia, B. V.	276.472.161	33,34%
Eni, S. p. A.	276.472.161	33,34%
Parública – Participações Públicas, SGPS, S. A.	58.079.514	7,00%
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	8.292.510	1,00%
Restantes acionistas	209.934.289	25,32%
	829.250.635	100,00%

20. OUTRAS RESERVAS

De acordo com o disposto nos estatutos da Empresa e no CSC, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de “Reservas legais”, incluída na rubrica “Outras reservas”, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2012	2011
Reservas legais	165.850	165.850
Reservas livres	27.977	27.977
	193.827	193.827

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a reserva legal encontra-se integralmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Não aplicável.

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	2012		2011	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	42.606	307.500	685.250	-
Empréstimos externos	24.128	605.775	13.916	629.904
Descobertos bancários (Nota 18)	78.856	-	26.130	-
	145.591	913.275	725.295	629.904
Origination Fee's	(515)	(589)	-	-
	145.076	912.686	725.295	629.904
Empréstimos obrigacionistas				
Emissão de 2009	420.000	-	280.000	420.000
Emissão de 2010	150.000	150.000	-	300.000
Emissão de 2011	-	185.000	-	185.000
Emissão de 2012	-	290.000	-	-
	570.000	625.000	280.000	905.000
Origination Fee's	(1.331)	(5.590)	-	-
	568.669	619.410	280.000	905.000
	713.745	1.532.096	1.005.295	1.534.904

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de €950.000 k, que se dividem em €900.000 k de médio e longo prazo e €50.000 k de curto prazo.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de *spreads* variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pela Empresa. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

A Empresa contraiu em 2006 um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de €58.000 k. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, nos montantes de €39.000 k e €19.000 k, que são remuneradas, respetivamente, à taxa fixa e à taxa variável revisível. O empréstimo é reembolsado em prestações semestrais vencendo-se as últimas respetivamente em 15 de setembro de 2021 e 15 de março de 2022.

Durante o exercício de 2008, a Empresa contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projeto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de €50.000 k. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível, com o prazo de vencimento de nove anos.

A Empresa contraiu em 2009 um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projeto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de €500.000 k. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, nos montantes €300.000 k, e €200.000 k, que são remuneradas, respetivamente, à taxa de juro fixa revisível e fixa, com o prazo de vencimento de 15 anos, incluindo dois de carência de capital e 13 de reembolso.

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com exceção da tranche de €200.000 k, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrolgal, S. A.

O restante financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento, no montante de €200.000 k, é garantido por Sindicato Bancário.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 13 de maio de 2009 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €700.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável, e com o reembolso realizado de 40% em 20 de maio de 2012 e com o reembolso previsto de 60% em 20 de maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S. A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S. A.

A emissão foi participada por um conjunto de 14 bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S. A., o Caixa – Banco de Investimento, S. A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S. A., o Banco BPI, S. A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S. A., o BB Securities, Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., o Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

Emissão de 2010 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 12 de novembro de 2010 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €300.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* variável, e com o reembolso previsto de 50% em 12 de novembro de 2013 e 50% em 12 de novembro de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de seis bancos internacionais: Citibank International plc., ING Belgium SA/NV – Sucursal em Portugal, Banco Itaú Europa, S. A. – Sucursal Financeira Internacional, Banco Español de Crédito S. A. (Banesto), Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona "la Caixa" e BB Securities, Ltd.

Emissão de 2011 – Galp Energia, SGPS, S. A.

Em 3 de agosto de 2011 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €185.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 3 de agosto de 2014.

A emissão foi participada por um conjunto de três bancos internacionais: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A., J. P. Morgan Securities, Ltd. e Banco Itaú BBA International, S. A. – Sucursal de Londres.

Emissões de 2012 – Galp Energia, SGPS, S. A.

- a) Em 7 de dezembro de 2012 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €80.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 7 de dezembro de 2017.

A emissão foi organizada e subscrita pela Caixa Económica Montepio Geral.

- b) Em 18 de dezembro de 2012 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €110.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 18 de fevereiro de 2018.

A emissão foi organizada e subscrita pelo banco Deutsche Bank AG, London Branch.

- c) Em 27 de dezembro de 2012 a Empresa, procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de €100.000 k, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread*, e com o reembolso previsto em 27 de dezembro de 2016.

A emissão foi organizada pelo Caixa – Banco de Investimento, S. A. e subscrita pela Caixa Geral de Depósitos, S. A.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Não aplicável.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outras contas a pagar” pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Corrente	
	2012	2011
Estado e outros entes públicos:		
IVA a pagar	-	442
Segurança social	35	12
IRS retenções efetuadas a terceiros	1.464	99
Pessoal	50	48
Empréstimos – empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	1.026.547	428.810
Juros a pagar – empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	12.816	-
Outros credores	27	27
	1.040.939	429.438
Acréscimos de custos:		
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	552	441
Fornecimentos e serviços externos	39	130
Prémios de produtividade	643	-
Seguros a liquidar	65	26
Juros a liquidar	18.504	20.772
Custos e perdas financeiros	40	23
Outros acréscimos de custos	261	626
	20.104	22.018
	1.061.043	451.456

25. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os movimentos ocorridos na rubrica de provisões foram os seguintes:

Rubricas	2012				
	Saldo inicial	Utilizações	Diminuições (Nota 6)	Regularizações	Saldo final
Processos judiciais	333	(268)	(40)	-	25
Impostos	6.607	-	-	-	6.607
	6.940	(268)	(40)	-	6.632

Rubricas	2011				
	Saldo inicial	Utilizações	Diminuições (Nota 6)	Regularizações	Saldo final
Processos judiciais	468	(29)	(106)	-	333
Impostos	6.607	-	-	-	6.607
Outras	12	-	-	(12)	-
	7.087	(29)	(106)	(12)	6.940

A rubrica “Provisão para impostos” no montante de €6.607 k inclui essencialmente:

- (i) €3.230 k para fazer face a correções efetuadas à matéria coletável, no decurso da inspeção fiscal à declaração de IRC dos exercícios de 2005 e 2006 da Galp Energia, SGPS, S. A. A contingência fiscal está relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000 (Nota 9 e 33).
- (ii) €3.377 k para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, SGPS, S. A.

26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica "Fornecedores" apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	2012	2011
Fornecedores, conta corrente	315	572
Fornecedores – faturas em receção e conferência	23	33
	338	605

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

Os derivados financeiros apresentam a 31 de dezembro de 2012 as seguintes características:

Tipo de derivado	Taxa de juro	Valor nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em €k
Ativo	Justo valor por resultados			
<i>Swaps</i>	Paga Euribor 6m Recebe entre 3,438% e 3,872%	28.488 €k	2013	54
Passivo	Justo valor por resultados			
<i>Swaps</i>	Paga 3,33% Recebe Euribor 6m	28.488 €k	2013	(41)
<i>Swaps</i>	Cobertura de fluxo de caixa Paga entre 1,305% e 1,610% Recebe Euribor 6m	563.000 €k	2013-2014	(7.598)
				(7.585)

Swaps sobre taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre taxa de juro, classificados como ativos ou passivos de justo valor por resultados, apresentam durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as seguintes evoluções:

Derivados sobre taxa de juro	Ativo		Passivo	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2011	-	702	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento / (recebimento) de juros durante o período	-	(1.005)	-	-
Recebimento / (pagamento) de juros refletido em resultados	-	1.005	-	-
Aumento / (diminuição) no justo valor refletido em resultados	-	(545)	-	(74)
Aumento / (diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	875	-	(1.682)
Justo valor em 31 de dezembro de 2011	-	1.032	-	(1.756)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento / (recebimento) de juros durante o período	-	-	-	1.923
Recebimento / (pagamento) de juros refletido em resultados	-	-	-	(1.923)
Aumento / (diminuição) no justo valor refletido em resultados	54	-	(124)	-
Aumento / (diminuição) no justo valor refletido no capital próprio	-	(1.032)	(598)	(5.161)
Justo valor em 31 de dezembro de 2012 (Nota 17)	54	0	(722)	(6.917)

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como "ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos" ou "passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos". Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de "cobertura de fluxo de caixa". Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de empréstimos são denominados como sendo de "cobertura de justo valor".

Em conformidade com a norma IFRS 7 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos *inputs* utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – *inputs* diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços) quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3 – *inputs* para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (*inputs* não observáveis).

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base *inputs* observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2).

28. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

Empresa	2012					
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente	Clientes (Nota 15)	Corrente		Acréscimos e diferimentos (Nota 14)
		Empréstimos concedidos (Nota 14)		Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 9 e 14)	
Petrogal, S. A.	3.156.509	2.205.000	392	934.811	1.160	15.146
Galp Power, SGPS, S. A.	174.941	166.509	-	7.229	-	1.203
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	161.610	159.339	-	1.085	862	324
Galp Gás Natural, S. A.	43.173	-	-	-	43.173	-
Galp Madeira, Lda.	24.529	-	14	22.458	2.057	-
Galp Power, S. A.	20.008	-	-	20.008	-	-
Lisboagás, S. A.	2.171	-	-	-	2.171	-
Galp Açores, Lda.	6.344	-	29	6.315	-	-
Lisboagás CUR, S. A.	10.299	-	-	5.673	4.626	-
Transgás Armazenagem, S. A.	3.725	-	-	2.056	1.669	-
GDP Serviços, S. A.	2.664	-	150	1.133	1.381	-
Sinecogeração, S. A.	2.388	-	-	-	2.388	-
Lusitaniagás Comercialização, S. A.	1.600	-	-	1.600	-	-
Dianagás, S. A.	1.287	-	-	1.287	-	-
Galpgeste, S. A.	1.150	-	-	686	464	-
Medigás, S. A.	938	-	-	937	1	-
Soturís, S. A.	866	-	-	853	13	-
Galp Energia, S. A.	693	-	-	-	693	-
Tanquisado, S. A.	549	-	-	-	549	-
Duriensegás, S. A.	341	-	-	341	-	-
Galp Sinopec Brazil Services, B. V.	225	-	225	-	-	-
Paxgás, S. A.	155	-	-	71	84	-
Serviexpress Portugal, S. A.	133	-	-	-	133	-
Petrogal Sucursal Espanha	108	-	108	-	-	-
Petrogal Brasil	117	-	100	-	17	-
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico	100	-	-	100	-	-
Galp Exploração	143	-	98	-	45	-
Adene – Agência para a Energia, S. A.	90	90	-	-	-	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	39	-	19	-
Next Priority, S. A.	384	-	-	-	384	-
Galp Logística de Aviação, S. A.	52	-	-	-	52	-
Portocogeração, S. A.	36	-	-	36	-	-
Galp Energia Rovuma, B. V.	26	-	-	-	26	-
Petrogás Guiné-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Fast Access, S. A.	26	-	22	-	4	-
Número Um	4	-	4	-	-	-
Tagusgás, S. A.	19	-	8	-	11	-
Petrogal Angola, Lda.	7	-	-	-	7	-
Petromar, Lda.	6	-	-	-	6	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	4	-	-	-	4	-
Sacor Marítima	2	-	2	-	-	-
CLC, Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	1	-	1	-	-	-
Gasfomento, S. A.	(3)	-	(3)	-	-	-
	3.617.511	2.530.938	1.205	1.006.679	62.016	16.673

O montante de €2.530.938 k, registado na rubrica de “Empréstimos Concedidos”, não-corrente, respeitam, essencialmente, a suprimentos concedidos às empresas do Grupo e são remunerados à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido, sendo a expectativa do Conselho de Administração que os mesmos não venham a ser reembolsados no curto prazo.

Do montante de €1.006.679 k, registado na rubrica de “Empréstimos Concedidos”, no ativo corrente, €562.551 k, respeitam, ao *cash pooling* da Empresa com as empresas do Grupo e €444.128 k a suprimentos concedidos a empresas do Grupo, a reembolsar durante o exercício de 2013. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de €62.016 k, registado na rubrica de “Outras contas a receber”, no ativo corrente, €60.374 k, respeita, ao imposto a receber das empresas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9) e €1.642 k a outros montantes a receber de empresas do Grupo (Nota 14).

O montante de €16.673 k registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos concedidos, em 31 de dezembro de 2012, a outras empresas do Grupo.

	2011					
		Não-corrente		Corrente		
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Clientes (Nota 15)	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 9 e 14)	Acréscimos e diferimentos (Nota 14)
Empresa						
Petrogal, S. A.	2.989.478	2.675.000	1.533	236.693	751	75.501
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	279.474	278.743	-	-	137	594
Galp Power, SGPS, S. A.	163.039	157.871	-	3.916		1.252
Lisboagás, S. A.	25.342	-	-	16.190	9.153	
Sinecogeração, S. A.	7.143	-	-	-	7.143	-
Galp Gás Natural, S. A.	6.843	-	-	-	6.843	-
Transgás Armazenagem, S. A.	4.873	-	-	4.594	279	-
Galp Power, S. A.	4.215	-	80	4.136	-	-
Galp Açores, Lda.	3.958	-	32	3.927	-	-
Transgás, S. A.	3.217	-	-	3.217	-	-
GDP Serviços, S. A.	2.192	-	156	-	2.036	-
Galp Energia, S. A.	1.674	-	-	-	1.674	-
Galpgeste, S. A.	1.600	-		1.256	344	-
Lisboagás CUR, S. A.	1.499	-	-	-	1.499	-
Galp Madeira, Lda.	1.185	-	3	1.181	-	-
Petrogal Brasil	650	-	650	-	-	-
Tanquisado, S. A.	558	-	-	-	558	-
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico	402	-	-	400	-	2
Duriensegás, S. A.	254	-	-	-	254	-
Serviexpress Portugal, S. A.	116	-	-	-	116	-
Galp Exploração	101	-	101	-	-	-
Adene – Agência para a Energia, S. A.	90	90	-	-	-	-
Paxgás, S. A.	77	-	-	5	72	-
Galp Brazil Services, B. V.	75	-	75	-	-	-
Petrogal Moçambique, Lda.	58	-	39	-	19	-
Medigás, S. A.	37	-	-	-	36	-
Petrogás Guiné-Bissau, Lda.	33	-	16	-	17	-
Soturis, S. A.	29	-	-	-	29	-
Fast Access, S. A.	26	-	22	-	4	-
Dianagás, S. A.	25	-	-	19	7	-
Tagusgás, S. A.	19	-	8	-	11	-
Número Um, S. A.	15	-	4	-	11	-
Petrogal Angola, Lda.	7	-	-	-	7	-
Petromar, Lda.	6	-	-	-	6	-
Tagus Re, S. A.	6	-	-	-	6	-
Petrogal Cabo Verde, Lda.	4	-	-	-	4	-
CORS, S. A.	3	-	3	-	-	-
Galpfer, S.L.	3	-	-	-	3	-
ASA – Abast. e Serv. Aviação, S. A.	1	-	-	-	1	-
Eni, S. p. A.	1	-	1	-	-	-
Sacor Marítima	1	-	1	-	-	-
CLC, Companhia Logística de Combustíveis, S. A.	1	-	1	-	-	-
Gasfomento, S. A.	(3)	-	(3)	-	-	-
	3.498.326	3.111.704	2.722	275.534	31.021	77.351

O montante de €3.111.704 k, registado na rubrica de “Empréstimos concedidos”, não-corrente, respeita, essencialmente, a suprimentos concedidos às empresas do Grupo e são remunerados à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido, sendo a expectativa do Conselho de Administração que os mesmos não venham a ser reembolsados no curto prazo.

O montante de €275.534 k, registado na rubrica de “Empréstimos concedidos”, no ativo corrente, respeita, essencialmente, ao *cash pooling* da Empresa com as empresas do Grupo. Os empréstimos concedidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

Do montante de €31.021 k, registado na rubrica “Outras contas a receber”, no ativo corrente, €30.931 k, respeita, ao imposto a receber das empresas no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

O montante de €77.351 k registado em acréscimos e diferimentos, no ativo corrente, referem-se a juros vencidos de empréstimos concedidos, em 31 de dezembro de 2011, a outras empresas do Grupo.

Saldos passivos

Empresas	2012				
	Total das entidades relacionadas	Fornecedores	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Corrente	
				Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	Juros a pagar (Nota 24) Acréscimos e diferimentos
Galp Energia E&P, B. V.	840.196	-	827.380	-	12.816
Galp Gás Natural, S. A.	92.198	(3)	92.201	-	-
Petrogal, S. A.	51.564	60	-	51.450	54
Galp Exploração, S. A.	27.062	-	24.796	2.266	-
Transgás, S. A.	26.332	-	25.894	438	-
Sacor Marítima, S. A.	20.176	-	20.176	-	-
Galp Energia, S. A.	13.269	226	13.032	2	9
Tanquisado S. A.	7.701	2	7.698	1	-
Lisboagás, S. A.	7.551	-	7.551	-	-
Sinecogeração, S. A.	5.621	-	5.566	55	-
CLT, Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	1.715	-	1.000	715	-
Galp Power, SGPS, S. A.	1.329	-	-	1.329	-
Galp Exploração Timor-Leste, S. A.	1.145	-	1.142	3	-
Galp Power, S. A.	705	-	-	705	-
Galpgeste, S. A.	684	-	-	684	-
Medigás, S. A.	372	-	-	372	-
Eni, S. p. A.	317	56	-	-	261
Duriensegás, S. A.	173	-	-	173	-
Dianagás, S. A.	124	-	-	124	-
Tripul, S. A.	111	0	111	-	-
Portocogeração, S. A.	49	-	-	49	-
Serviexpress Portugal, S. A.	46	-	-	46	-
Soturis, S. A.	25	-	-	25	-
Transgás Armazenagem, S. A.	23	-	-	23	-
Next Priority, S. A.	14	-	-	14	-
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S. A.	7	-	-	7	-
Gasfomento, S. A.	1	(4)	-	5	-
	1.098.511	338	1.026.547	58.486	12.816
					324

Do montante de €1.026.547 k, registado na rubrica de “Empréstimos obtidos”, correntes, €827.380 k respeita a empréstimo concedido pela empresa Galp Energia E&P, B. V. e €199.167 k ao *cash pooling* da Empresa com as outras empresas do Grupo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

O montante de €58.486 k registado em imposto sobre o rendimento, respeita ao imposto a pagar às outras empresas do Grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

O montante de €12.816 k registado em juros a pagar, respeita a juros vencidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a pagar à subsidiária Galp Energia E&P, B. V., (Nota 24).

Empresas	2011				
	Total das entidades relacionadas	Fornecedores	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	Acréscimos e diferimentos
Galp Gás Natural, S. A.	148.926	8	148.919	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	135.996	-	135.500	-	496
Galp Exploração	41.867	-	41.867	-	-
Tagus Re, S. A.	28.506	-	28.400	-	106
Petrogal, S. A.	25.909	68	-	25.841	-
Sinecogeração	18.569	-	18.514	55	-
Tanquisado, S. A.	16.497	-	16.495	2	-
Sacor Marítima	13.912	32	13.879	-	-
Galp Energia, S. A.	8.663	260	8.385	9	9
Lisboagás CUR	5.444	-	5.444	-	-
GDP Distribuição, SGPS, S. A.	2.876	-	2.876	-	-
GDP Serviços	2.707	-	2.707	-	-
Galp Power, S. A.	1.864	-	-	1.864	-
CLT, Companhia Logística de Terminais Marítimos, Lda.	1.749	-	744	1.005	-
Galp Exploração Timor-Leste	1.567	-	1.543	24	-
Portocogeração, S. A.	1.276	-	1.250	26	-
Galp Power, SGPS, S. A.	1.272	-	419	852	-
Transgás, S. A.	1.094	-	-	1.094	-
Eni, S. p. A.	846	220	-	-	626
S. M. Internacional	616	1	615	-	-
CORS, Lda.	537	-	332	204	-
Gasmar	383	1	382	-	-
Medigás	269	-	269	-	-
Galpgeste	251	-	-	251	-
Tripul	145	-	144	-	-
Duriensegás	120	-	120	-	-
Soturis	25	-	5	21	-
Transgás Armazenagem	23	-	-	23	-
Serviexpress Portugal	17	-	-	17	-
Combustíveis Líquidos	12	-	-	12	-
Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S. A.	11	-	-	11	-
Galp Madeira, Lda.	8	8	-	-	-
Galp Açores, Lda.	2	2	-	-	-
Gasfomento	1	(4)	-	5	-
	461.961	598	428.810	31.317	1.236

Do montante de €428.810 k, registado na rubrica de “Empréstimos Obtidos”, correntes, €135.500 k respeita a empréstimo concedido pela empresa Galp Energia Portugal Holding, B. V., €28.400 k a empréstimo concedido pela empresa Tagus, Re, S. A. e €264.910 k ao *cash pooling* da Empresa com as outras empresas do Grupo. Os empréstimos obtidos são remunerados às taxas de juro normais de mercado.

O montante de €31.317 k em outras contas a pagar, respeita ao imposto a pagar às outras empresas do Grupo, no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 9).

Transações

Empresa	2012			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Amorim, B. V.	779	-	-	-
CLT, Companhia Logística de Combustíveis, Lda.	-	-	1	(29)
Galp Energia Rovuma, B. V.	-	(26)	-	-
Dianagás, S. A.	-	-	1	(3)
Duriensegás, S. A.	-	-	1	(7)
Eni, S. p. A.	1.243	-	-	-
Galp Exploração Timor-Leste, S. A.	-	-	5	-
Galp Açores, Lda.	-	(115)	-	(139)
Galp Sinopec Brasil Serviços, B. V.	-	(150)	-	-
Galp Energia E&P, B. V.	-	-	26.324	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	-	-	475	-
Galp Energia, S. A.	2.237	(3)	12	(12)
Galp Exploração, S. A.	-	(1.079)	292	(40)
Galp Gás Natural, S. A.	(6)	(18)	248	(196)
Galp Madeira, Lda.	-	(140)	8	(282)
Galp Power, S. A.	-	-	-	(540)
Galp Power, SGPS, S. A.	-	-	3	(7.273)
Galpgeste, S. A.	-	-	2	(24)
GásInsular, Lda.	-	-	-	(15)
Gasmair, S. A.	-	-	1	-
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	-	-	25	(11.350)
GDP Serviços, S. A.	-	(1.480)	8	(2)
Lisboagás CUR, S. A.	-	-	27	(17)
Lisboagás, S. A.	-	-	3	(185)
Medigás, S. A.	-	-	1	-
Lusitaniagás CUR	-	-	-	(1)
Paxgás, S. A.	-	-	-	(3)
Petrogal Brasil	-	(1.300)	-	-
Petrogal, S. A.	710	(3.918)	95	(131.238)
Petrogal, Sucursal España	-	(1.307)	-	(17)
PortCogeração, S. A.	-	-	1	(484)
S. M. Internacional, S. A.	-	-	2	-
Sacor Marítima, S. A.	-	-	58	-
Sinecogeração, S. A.	-	-	114	(2)
Soturis, S. A.	-	-	-	(1)
Tagus Re, S. A.	-	(39)	47	-
Tanquisado S. A.	-	-	34	-
Transgás Armazenagem, S. A.	-	-	-	(74)
Transgás, S. A.	-	-	18	(157)
Tripul, S. A.	-	-	1	-
	4.963	(9.575)	27.807	(152.091)

Do montante de €4.963 k registado em custos operacionais, €2.022 k referem-se a custos com os administradores, debitados pelas acionistas Eni, S. p. A. e Amorim, B. V. e €2.237 k aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S. A., relativas a, nomeadamente, serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

Do montante de €9.575 k registado em proveitos operacionais, o montante de €9.321 k respeita a serviços de gestão e o montante de €254 k a redêbitos de pagamentos efetuados, por conta de outras empresas do Grupo.

O montante de €152.091 k refere-se a juros de empréstimos concedidos a outras empresas do Grupo, vencidos durante o exercício de 2012.

Empresa	2011			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Amorim, B. V.	536	-	-	-
CLT, Companhia Logística de Combustíveis, Lda.	-	-	5	(18)
CORS, S. A.	-	-	1	(3)
Dianagás, S. A.	-	-	-	(201)
Duriensegás, S. A.	-	-	1	(334)
Eni, S. p. A.	1.598	-	-	-
Galp Exploração Timor-Leste, S. A.	-	-	21	-
Galp Açores, Lda.	-	(156)	39	(18)
Galp Brasil Serviços, B. V.	-	(75)	-	(5)
Galp Energia España, S. A.	5	-	-	-
Galp Energia Portugal Holding, B. V.	-	-	1.853	-
Galp Energia, S. A.	2.340	(28)	77	(4)
Galp Exploração, S. A.	-	(1.045)	8	(2.427)
Galp Gás Natural, S. A.	61	-	732	(50)
Galp Madeira, Lda.	-	(156)	109	(4)
Galp Power, S. A.	-	(778)	1	(298)
Galp Power, SGPS, S. A.	-	-	35	(6.185)
Galpgeste, S. A.	-	-	14	(7)
GásInsular, Lda.	-	-	-	(31)
Gasmar, S. A.	-	-	4	-
GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A.	-	-	120	(10.490)
GDP Serviços, S. A.	-	(1.674)	8	(95)
Lisboagás CUR, S. A.	-	-	55	(15)
Lisboagás, S. A.	-	-	1	(457)
Medigás, S. A.	-	-	-	(337)
Paxgás, S. A.	-	-	-	(148)
Petrogal Brasil	-	(650)	-	-
Petrogal, S. A.	632	(4.310)	8	(132.362)
Petrogal, Sucursal España	-	(500)	-	(11)
PortCogeração, S. A.	-	-	-	(400)
Sacor Marítima, S. A.	-	-	167	(1)
Sinecogeração, S. A.	-	-	131	-
S. M. Internacional, S. A.	-	-	7	(1)
Soturis, S. A.	-	-	2	(3)
Tagus Re, S. A.	-	(11)	106	-
Tanquisado S. A.	-	-	84	(2)
Transgás Armazenagem, S. A.	-	-	1	(100)
Transgás, S. A.	-	-	2	(3.915)
Tripul, S. A.	-	-	1	-
	5.172	(9.383)	3.593	(157.922)

Do montante de €5.102 k registado em custos operacionais, €2.134 k referem-se a custos com os administradores, debitados pelas acionistas Eni, S. p. A. e Amorim, B. V. e €2.056 k aos serviços prestados pela subsidiária Galp Energia, S. A., relativas a, nomeadamente, serviços de consultoria e apoio à gestão empresarial nas áreas de contabilidade, tesouraria, gestão financeira, administrativa e logística, compras e aprovisionamento, imobilizados, auditoria, sistemas de informação, recursos humanos e formação.

Do montante de €9.383 k registado em proveitos operacionais, o montante de €9.088 k respeita a serviços de gestão e o montante de €295 k a redêbitos de pagamentos efetuados, por conta de outras empresas do Grupo.

O montante de €157.922 k refere-se a juros de empréstimos concedidos a outras empresas do Grupo, vencidos durante o exercício de 2011.

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remunerações dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 compõem-se como segue:

	dezembro de 2012					dezembro de 2011				
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Outros encargos e regularizações	Total
Órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S. A.										
Administradores executivos	3.547	822	158	1.754	6.281	3.162	792	216	409	4.579
Administradores não-executivos	1.169	145	31	-	1.345	1.226	194	46	98	1.564
Conselho Fiscal	93	-	-	-	93	97	-	-	-	97
Assembleia Geral	6	-	-	-	6	7	-	-	-	7
	4.815	967	189	1.754	7.725	4.492	986	262	507	6.247

Dos montantes totais de €7.725 k e €6.247 k, registados nos exercícios de 2012 e 2011 respetivamente, €5.703 k e €4.188 k foram contabilizados em custos com o pessoal (Nota 6) e €2.022 k e €2.060 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Na rubrica de “Outros encargos e regularizações” de 2012 está incluído o montante de €1.214 k referente a prémios dos administradores recebidos no exercício e a especialização a pagar em 2013, em 2011 está incluído o montante de €435 k de prémios recebidos pelos administradores relativos ao exercício de 2010.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

A informação relativa aos honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) encontra-se divulgada no relatório de governo do Grupo.

30. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de acionistas realizada em 7 de maio de 2012, a Empresa atribuiu dividendos aos seus acionistas no montante de €165.850 k, dos quais €77.152 k referentes ao resultado líquido do exercício de 2011 e €88.698 k a resultados acumulados.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um adiantamento sobre lucros, no montante de €99.510 k. O montante €99.510 k foi totalmente liquidado no dia 18 de setembro de 2012.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS

Não aplicável.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco, de mercado (risco de taxa de juro), de liquidez e de crédito, inerentes à sua atividade, que influenciam os seus resultados financeiros.

Riscos de mercado

Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com a dívida bancária remunerada. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco de taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como *swaps*.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e / ou *cash flows* do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O grupo Galp Energia financia-se através dos *cash flows* gerados pela sua atividade e, adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados são suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respetiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Ativos contingentes

- (i) Na sequência da venda realizada no exercício contabilístico de 1999 de 40% do capital social da OPTEP, SGPS, S. A., representada por 440.000 ações com valor nominal por ação de €5, foi estabelecido contratualmente o preço base de venda de €189.544 k tendo sido atribuído um valor de €74.818 k ao segmento da 093X e um valor de €114.726 k ao segmento E3G/Edinet.

A venda celebrada por parte da GDP, SGPS, S. A. (atualmente designada Galp Energia, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2008) e Transgás, S. A. (atualmente designada Galp Gás Natural, S. A.) à EDP, S. A., foi estabelecida com o condicionalismo de caso a OPTEP, SGPS, S. A. a 093X ou qualquer entidade direta ou indiretamente controlada ou participada pela EDP viesse a vender ou por qualquer modo alienar a terceiros uma participação equivalente a 5% da Optimus, ou seja, 450.000 ações de valor nominal de €5 cada, no prazo de três anos a contar da assinatura do acordo (24 de junho de 1999), a diferença entre o valor de €74.818 k e o valor dessa alienação seria repartida entre as partes no seguinte modo:

€k por cada 220.000 ações	EDP	Grupo GDP
Entre 37.409 e 42.397	0%	100%
Entre 42.397 e 52.373	25%	75%
Mais de 52.373	75%	25%

Este acordo foi objeto de um aditamento em 28 de setembro de 2000 entre as partes: GDP, SGPS, S. A., Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP Distribuição, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006), Transgás, S. A. e EDP, S. A., tendo sido prorrogado o prazo de repartição da eventual mais-valia obtida com a venda futura das ações da Optimus até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de março de 2002, a EDP anunciou a venda, da participação detida na OPTEP, SGPS, S. A., empresa que detém 25,49% do capital da Optimus, S. A. à Thorn Finance, S. A. O preço de venda foi estipulado em €315.000 k, o que significa que a Thorn Finance valorizou a Optimus em €1.235.779 k, portanto, acima do valor estipulado entre as partes, que foi de €748.197 k. Assim, haverá lugar a um *upside* para estas empresas, a pagar pela EDP, S. A. no montante de €30.253 k, a repartir em partes iguais entre a GDP, SGPS, S. A. (fundida na Galp Energia, SGPS, S. A. com efeitos a 1 de janeiro de 2008) e a Transgás, SGPS, S. A. (atualmente designada GDP, SGPS, S. A. por efeitos da fusão ocorrida no exercício de 2006).

Em dezembro de 2012 a Galp Energia, SGPS, S. A. e a GDP Gás de Portugal, SGPS, S. A., depositaram o pedido da arbitragem relativa à alienação da participação indireta na Optimus, aguardando-se agora o desenvolvimento do processo.

Uma vez que a EDP não deu o seu acordo a estas expectativas do Grupo, não foi efetuado o registo contabilístico desta conta a receber.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a €50.320 k, sendo constituídos essencialmente por:

- Garantias no montante de €49.507 k prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos;
- Garantia prestada no montante de €500 k a favor da MEFF Tecnología y Servicios, SAL;
- Garantia no montante de €250 k prestada a favor da Euroscut Norte, S. A.;
- Garantia no montante de €60 k prestadas a favor da Administração do Porto de Sines;
- Garantias no montante de €3 k prestadas a favor da Administração do Porto de Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012, existiam créditos de importação por utilizar de *standby letter* no montante de \$16.678 k referente a prémios de seguros.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu qualquer evento subsequente após 31 de dezembro de 2012 com impacto materialmente relevante.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente:**

Américo Amorim

Vice-presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Stephen Whyte

Vítor Bento

Abdul Magib Osman

Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha

Baptista Sumbe

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Rodrigues Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Relatório de auditoria sobre a informação financeira individual

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Galp Energia, SGPS, S. A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de €4.910.493 k e um total de capital próprio de €1.530.515 k, incluindo um resultado líquido de €27.552 k), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as IFRS tal como adotadas na UE e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer fato relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 do CSC.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S. A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adotadas na UE e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245-A do CVM.

18 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
– Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, ROC

Certificação legal das contas individuais

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais da Galp Energia, SGPS, S. A. (Empresa) do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total do ativo de €4.910.493 k e um total do capital próprio de €1.530.515 k, incluindo um resultado líquido de €27.552 k), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras individuais. Estas demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas em conformidade com as IAS/IFRS, tal como adotadas pela UE.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 do CSC.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Galp Energia, SGPS, S. A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IAS/IFRS, tal como adotadas pela UE.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245-A do CVM.

Lisboa, 18 de março de 2013

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

Pedro Matos Silva

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos. senhores acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida em 2012 e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S. A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e das suas subsidiárias mais significativas, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com a administração. Acompanhámos a verificação dos registos contabilísticos, bem como a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna. Vigiámos pela observância da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não nos deparámos com quaisquer constrangimentos.

Reunimos por diversas vezes com o ROC e com o auditor externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as quais concordamos.

No âmbito das nossas funções, verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os seus correspondentes anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conformes com as IFRS tal como adotadas na UE, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e do Grupo;
- c) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade, bem como do conjunto de empresas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- d) o relatório de governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245-A do CVM.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, somos do parecer que:

- a) seja aprovado o relatório de gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2012.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S. A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de março de 2013

Presidente – Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal – Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal – Pedro Antunes de Almeida

EDIÇÃO



FOTOGRAFIAS NÃO CREDITADAS
AO LONGO DO RELATÓRIO

Manuel Aguiar

DESIGN E CONCEÇÃO

Plot Content

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO ATENDENDO
ÀS NOVAS REGRAS ORTOGRÁFICAS.



Galp Energia, SGPS, S. A.
Sociedade Aberta
Direção de Estratégia Corporativa
e Relações com Investidores

Rua Tomás da Fonseca, Torre c
1600 – 209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpennergia.com
www.galpennergia.com